

A formação profissional de mulheres no PNQ: em busca da construção de uma nova sociabilidade burguesa

Flaviana Alves Toledo

Mestre em Educação UFF

Trabalho e Educação

Introdução

Esse trabalho, parte da dissertação desenvolvida no programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, no campo de confluência Trabalho e Educação, aborda a qualificação profissional das mulheres trabalhadoras no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), iniciativa do governo Lula/PT para a educação da classe trabalhadora brasileira.

Esse recorte se justifica pelo crescente número de publicações que associam a qualificação profissional de mulheres a uma maior autonomia no mundo do trabalho e para a igualdade de gênero, dessa forma o objetivo é compreender essas ações de qualificação, nomeadamente as voltadas para o público feminino, no contexto das transformações do mundo do trabalho e identificar suas mediações com o projeto de reorganização capitalista no Brasil.

No que concerne às mulheres, a formação profissional se dá na oferta de cursos voltados para atividades mal remuneradas e que exigem baixa qualificação, explicitando a perspectiva de naturalização da pobreza e a essência do modo de produção capitalista, onde a inclusão só pode se dar de forma subordinada ao processo produtivo.

Buscou-se evidenciar, ainda, que o Estado ao priorizar ações afirmativas no PNQ, dissimula os embates entre capital e trabalho, escondendo a realidade estrutural do sistema e contribuindo para a fragmentação e conformação da classe trabalhadora.

A análise do objeto faz-se a partir do materialismo histórico dialético, como perspectiva de análise que busca a apreensão radical da realidade, com vistas a alcançar as leis fundamentais de seu desenvolvimento para sua transformação. Além de análise documental, envolvendo documentos relacionados ao PNQ e os que abordam a qualificação da mulher disponíveis no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a pesquisa se apóia em entrevistas com egressas dos cursos do PNQ e apontam

que embora a qualificação não tenha modificado suas situações concretas de vida, elas apresentam um discurso adesista ao ideário burguês.

Algumas considerações sobre o Plano Nacional de Qualificação

O Estado como mediador das relações entre capital e trabalho, embora não deixe de se constituir em terreno da luta de classes, tem se colocado na sociedade capitalista como representante da classe burguesa, enquanto aparelho repressivo e ideológico a favor do capital no seu conjunto e na reprodução da força de trabalho nos diferentes níveis para a inserção na divisão técnica do trabalho.

Diante da crise que se abateu sobre o modo de produção capitalista a partir da década de 1970 e que repercutirá mais intensamente no Brasil a partir da década de 1990, o Estado precisa assumir uma nova configuração, condizente com as novas necessidades de produção e reprodução da existência no modelo de acumulação flexível, tendo como principais características a privatização, a desregulamentação e a descentralização, sob a alcunha de Estado Neoliberal.

Em seu conjunto, essas transformações têm implicado na intensificação da exploração da força de trabalho, no desemprego estrutural, no crescimento de uma desproletarização¹, na precarização do trabalho, no aumento do trabalho feminino e infantil e atingido duramente a organização da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999).

É nesse contexto de intensas transformações no mundo do trabalho que a formação do trabalhador vem assumindo papel de destaque, como tentativa de construção de uma nova subjetividade na classe trabalhadora a favor do capital, sob a aparência de uma política de inclusão.

As reformas neoliberais serão aprofundadas e aprimoradas ao longo dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva (PAULANI, 2008; BOITO JR., 2003; LEHER, 2003).

A adesão aos pressupostos do neoliberalismo se evidencia na reorganização do aparelho do Estado, pelo intenso processo de privatização ocorrido nos anos 1990, pelo maior controle nos gastos públicos, na descentralização e mercantilização dos bens públicos e na desregulamentação.

¹ Entende-se por desproletarização, a passagem do setor secundário ao terciário da economia (ANTUNES, 1999).

Embora algumas esperanças tenham sido depositadas em torno da candidatura do presidente Lula, em virtude de sua origem e luta num partido imbricado nas lutas sociais, o que se nota é que:

Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários (BOITO JR., 2003, p.9).

Antes de se constituir em uma alternativa ao neoliberalismo, o governo Lula/PT, ao contrário, adota a “mais conservadora das políticas econômicas conservadoras já experimentadas pelo Brasil” (PAULANI, 2008, p.7).

A política social no governo Lula/PT, se configura como mais um exemplo da sua estreita relação com a política econômica neoliberal. Baseada na idéia de focalização, a política social se pauta sobre conceitos restritos de desigualdade e pobreza.

As desigualdades são tratadas no âmbito exclusivo da classe trabalhadora e suas diferenças, desconsiderando as razões e os mecanismos estruturais que reproduzem a desigualdade e que se assentam sobre a relação entre capital e trabalho, bem como à estrutura e dinâmica do modelo de desenvolvimento capitalista em vigor e à política econômica a ele associado (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

Retirando a pobreza e as desigualdades do âmago das relações entre as classes, remete sua explicação ao plano individual e familiar, procurando identificar eventuais atributos que diferenciam os ricos dos pobres – dentre eles a qualificação.

De acordo com FILGUEIRAS e GONÇALVES (2007) do ponto de vista social, as políticas compensatórias de renda se articulam com os processos de flexibilização e precarização do trabalho, transformando os cidadãos portadores de direitos em consumidores tutelados, negando os direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores – inclusive o direito ao emprego – e as políticas sociais universais.

No bojo das políticas implementadas a partir de então, é lançado em 2003 o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), durante o primeiro mandato do governo Lula, cujo objetivo principal é a “qualificação social e profissional” dos trabalhadores. Ele vem substituir o PLANFOR, sob a alegação de que o país estaria vivenciando uma crise da qualificação profissional, que precisaria ser revista e relançada sobre novas bases.

O PNQ tem como meta a “qualificação social e profissional de trabalhadores”, sendo seus objetivos principais: 1) A formação integral dos trabalhadores; 2) Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda; 3) Elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a educação de jovens e adultos; 4) Inclusão social, redução da pobreza, combate a discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações; 5) Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;

O adjetivo “social” incorporado à qualificação profissional do trabalhador remete a educação para além do aprendizado de um ofício, abrangendo atitudes e valores para a construção de uma “nova cidadania ativa”, um chamado para a participação, colaboração, atuação em associações e movimentos sociais, em busca de uma ampla participação da sociedade civil para a construção de um projeto hegemônico que, em última análise, se configura como um projeto a favor do capital.

Não é aleatório que os movimentos sociais sejam alvo das políticas capitalistas: é uma necessidade para a ordem capitalista a *captura da subjetividade antagonista* e a incorporação das lógicas vigentes que não podem permitir seu questionamento estrutural. Essa *captura* produz um *efeito de estabilização* do real, é uma necessidade radical para preservarem a ordem vigente. (DIAS, 2010, p.148).

O Plano Nacional de Qualificação (PNQ), proposto para o período de 2003 a 2007, tinha como finalidade redefinir conceitualmente os fundamentos da qualificação profissional que deveria assumir uma concepção de “construção social, um direito, uma política pública de inclusão social e de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e renda” (MORAES, 2005).

Apesar de essa concepção estar expressa nos documentos, ela não é compatível com o projeto de sociedade posto para o Brasil, onde a política econômica aponta para o agravamento da questão do desemprego, ou gera empregos precarizados e de baixa remuneração, num contexto em que os direitos conquistados vêm sendo suprimidos a favor de uma política de focalização que almeja a adequação do trabalhador ao modelo de sociabilidade burguês.

A formação integral proposta pelo PNQ parece se restringir ao aprendizado de rudimentos de um ofício atrelada a difusão de valores e atitudes que devem ser apreendidos para o cidadão contemporâneo, além de abarcar alguns conhecimentos

sobre educação moral e cívica, educação para a paz, educação para a igualdade de oportunidades, educação ambiental, para que ele possa trabalhar e conviver na sociedade capitalista contemporânea. Bem distante da concepção de educação integral que busca o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades, articulando ciência e cultura, humanismo e tecnologia. Nas palavras de Frigotto (2005, p. 36):

Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral.

Os conceitos de cidadania e democracia contidos no PNQ se limitam à concepção liberal burguesa: “Uma forma de igualdade civil coexistente com a desigualdade social e capaz de deixar intocadas as relações econômicas entre a “elite” e a “multidão trabalhadora”” (WOOD, 2003, p.184).

A cidadania de campo de luta passa a ser defendida como construtora de consensos, sendo assim uma das formas privilegiadas de subalternizar os trabalhadores, as classes instrumentais, que se pensam como iguais aos seus dominantes. (DIAS, 2010, p.147).

Neves (2005) ao analisar o projeto neoliberal de educação aponta que sua efetivação consiste na submissão técnica e ético-política da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia brasileira, tendo como principais metas a difusão e sedimentação da cultura empresarial, a educação da classe trabalhadora com vistas a naturalizar o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a perda de direitos históricos e a recorrência à competição, individualismo e passividade política como estratégias de sobrevivência social.

Pode-se perceber a partir da análise dos documentos do PNQ, que esse plano se configura como uma estratégia da burguesia brasileira para a educação de uma nova sociabilidade na classe trabalhadora e guarda íntimas relações com o projeto neoliberal e com as recentes transformações do mundo do trabalho.

Essas relações com as políticas neoliberais se evidenciam: 1) no tocante ao seu desenvolvimento, de forma descentralizada, através de parcerias com a sociedade civil e transferência de recursos públicos para entidades privadas, ampliando a noção de público-não estatal nas políticas públicas brasileiras; 2) no que diz respeito às suas estreitas relações com o mercado de trabalho e com o desenvolvimento de habilidades e

competências técnicas, cognitivas e de gestão afeitas as noções de empregabilidade e empreendedorismo, atendendo a uma concepção produtivista e mercantilista; 3) no direcionamento de políticas focalizadas com o objetivo de alívio da pobreza, assumindo uma dimensão assistencialista e compensatória.

Mais importante que a formação técnica da classe trabalhadora, esse projeto visa a difusão e a sedimentação da cultura empresarial, a naturalização do desemprego e das relações de trabalho cada vez mais precarizadas e flexíveis e a formação de um trabalhador conformado e participativo nos limites do capital.

A formação profissional de mulheres no PNQ e a construção de uma nova sociabilidade burguesa

A participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado, bem como sua participação nos movimentos sociais, nas lutas de classe e movimentos sindicais em busca de melhores condições de trabalho e de direitos. No entanto, a incorporação do trabalho produtivo da mulher não se dá de forma indiferenciada com relação aos homens, ela ainda se insere de forma subordinada no mercado de trabalho e mantém suas “obrigações” com o trabalho reprodutivo, resultando numa dupla exploração do trabalho feminino.

De acordo com Melo (2005) o trabalho das mulheres se concentra em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Ainda de acordo com a autora, a intensa terceirização da economia brasileira a partir da década de 1990 tem favorecido a inserção das mulheres no mercado de trabalho, visto que é na prestação de serviços que sua ocupação predomina, sendo o serviço doméstico remunerado sua maior alocação, abarcando 19% das trabalhadoras brasileiras. Segundo dados do PNAD/IBGE (2003) as mulheres representam 93,5% dos trabalhadores domésticos, 69% daqueles na produção para o autoconsumo e 55% dos não-remunerados (PNPM, 2004).

Os documentos produzidos pelo MTE, que se pautam sobre a categoria “gênero” colocam as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder que possuem um mesmo patamar de explicação da realidade, advogando que através de políticas afirmativas e compensatórias, é possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres aponta que para reverter a situação de inferioridade da mulher com relação ao homem no mercado de trabalho, o Estado em articulação com a sociedade civil deveria investir na capacitação profissional dessas trabalhadoras.

A capacitação para enfrentar as desigualdades no mundo do trabalho é vista como essencial para a inclusão social, para crescimento com geração de trabalho e renda ambientalmente sustentável, ampliação da probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação da produtividade (BRASIL, SPM, 2004b, p.43).

A qualificação profissional, integrada a outras políticas, deve se constituir em um espaço de negociação coletiva e objetivar a integração entre trabalho-educação-desenvolvimento: “A integração com outras políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda, com as políticas de educação e com as políticas de desenvolvimento é o princípio básico da política de qualificação” (MORAES, 2005, p. 28).

Os documentos produzidos pelo MTE, que se pautam sobre a categoria “gênero” colocam as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder que possuem um mesmo patamar de explicação da realidade, advogando que através de políticas afirmativas e compensatórias, é possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

Apresentar a qualificação profissional de mulheres no PNQ como estratégia para se alcançar a igualdade de gênero é falacioso, na medida em que desconsidera que a desigualdade entre homens e mulheres se constrói sobre uma hegemonia burguesa que tem base materiais concretas, na exploração do trabalho do homem pelo capital.

É dessa desigualdade que o capital se vale para explorar ainda mais a mão-de-obra feminina, reservando para elas o trabalho em condições ainda mais precárias, com menores salários, concentrado em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego.

Ao ocultar os reais determinantes da pobreza e das desigualdades, assentadas sobre as relações de classe que se estabelecem no modo de produção capitalista, limita-se as possibilidades de compreensão da realidade, bem como as perspectivas de ação política.

Não se pretende negar com isso que o aumento da participação feminina no mundo do trabalho tenha se constituído como uma conquista das mulheres “parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres, tanto em relação a sociedade de classes

quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho” (ANTUNES, 1999, p.109).

No entanto, o modelo de acumulação flexível tem se apropriado disso incorporando a mulher de forma subordinada na produção. Esse fato tem efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora, na medida em que acirra a concorrência entre os trabalhadores, quebrando a resistência dos trabalhadores do sexo masculino ao processo de precarização e flexibilização do trabalho.

O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não representou também uma diminuição das suas tarefas no trabalho reprodutivo, sendo assim, elas acumulam as funções de trabalhadora do setor produtivo com as atividades domésticas e de cuidado com os filhos, tornando-as mais suscetíveis aos contratos parciais, temporários ou atividades informais que possam desenvolver “em casa”, que permitam que elas conciliem suas tarefas, aumentando o grau de flexibilização e precarização do seu trabalho.

O PNQ reforça essa incorporação subordinada, por se concentrar em cursos como “pães e doces”, “preparo de pizzas”, “técnicas de recepção”, “higiene e manipulação de alimentos” com carga horária reduzida, desvinculados da escolarização básica e que transmitem valores afeitos a nova organização da sociedade burguesa.

(...) as reformas educacionais brasileiras, já implementadas ou em processo de implantação visam, do ponto de vista técnico, à formação de um homem empreendedor e, do ponto de vista ético-político, à formação de um homem colaborador, características essenciais do intelectual urbano na atualidade, nos marcos da hegemonia burguesa (NEVES, 2005).

Considerações Finais

A mulher, considerada grupo vulnerável na sociedade, deve ter acesso à qualificação profissional para que possa sair dessa condição de vulnerabilidade e conquistar a igualdade entre homens e mulheres. Dessa forma, a qualificação aparece como panacéia para os problemas que as afligem e deve ser estimulada no âmbito do PNQ. Os documentos apresentam um aspecto ideológico, ao apresentar a qualificação como redentora e sugerir que a partir dela se conquistaria uma vaga no mercado de trabalho, uma maior autonomia financeira e que levaria a essa igualdade de gênero.

Dessa forma, se oculta o desemprego estrutural e a inserção subordinada da mulher no processo produtivo.

As transformações por que passa o mundo do trabalho, repercutem no conjunto das relações sociais e impõem ao capital a necessidade de uma educação voltada para uma nova sociabilidade, com vistas a se recompor enquanto projeto hegemônico.

Essa educação não se pauta, portanto, apenas sobre os requisitos técnicos do trabalho, ao “saber-fazer” do trabalhador, mas também e principalmente sobre os valores e atitudes que eles devem assumir nessa nova conjuntura, sobretudo para aqueles trabalhadores ligados aos setores subalternos da economia, onde o aprendizado de competências, comportamentos e habilidades se torna fundamental.

A educação da nova sociabilidade burguesa teria por função formar o novo cidadão moderno, capaz de se adequar à flexibilidade imposta pelo mercado de trabalho, mudando frequentemente de funções ou de emprego e até mesmo criando suas próprias formas de obtenção de renda, mas, sobretudo, um cidadão conformado e colaborador, de modo que não coloque em risco a coesão social.

A principal força no desenvolvimento do capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a *eficiência econômica* e a *coesão cívica*. (...) Ela era vista tradicionalmente como uma preparação para a vida (...) A educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida (GIDDENS, 2001, p.78, grifos nossos).

O PNQ, enquanto um plano de qualificação para os trabalhadores ligados ao trabalho subalterno no processo produtivo, expressa essa preocupação com a formação ético-política, como se pode perceber no material didático “Competências Básicas para o Trabalho”, que é utilizado por todos os cursos disponíveis no plano.

O material didático se encontra dividido em sete unidades temáticas, sendo elas: 1) Relações interpessoais; 2) Comunicação; 3) Educação Ambiental; 4) Saúde e Segurança no trabalho; 5) Direitos Humanos, Sociais e Direitos Trabalhistas; 6) Gestão do Trabalho e 7) Informação e Orientação Profissional.

Esse material revela nas suas entrelinhas a preocupação com a formação “social” do trabalhador, buscando educar as subjetividades e os difusores de uma nova sociabilidade, destacando quais as qualidades de um trabalhador ideal, como ele deve se comportar no ambiente de trabalho, que postura deve assumir para ser bem sucedido na

sociedade contemporânea, tendo como parâmetro sempre as expectativas da classe burguesa.

Num contexto em que o trabalho em equipe ganha relevância no processo produtivo, percebe-se a importância ainda maior que se dá a questão da harmonia do grupo, onde todos têm que dar o melhor de si, favorecendo a coesão social e principalmente o rendimento do trabalho, já que uma equipe desunida não conseguiria realizar seu trabalho de maneira eficaz. Dessa forma, os trabalhadores são envolvidos num discurso que visa ampliar sua conformação e seu auto-controle para que o trabalho seja cada vez mais produtivo, e conseqüentemente lucrativo sob o ponto de vista do capital.

Assim, mesmo com nossas individualidades, nossos hábitos, costumes e personalidades, precisamos ter a visão clara de que, num trabalho em grupo, o produto final da empresa depende da somatória de nossos esforços na participação constante das funções (SENAC.DR.MG, 2005, p. 14).

Isso também fica claro na discussão que o material traz sobre ética, ressaltando que em sociedade temos que lidar com regras, códigos que indicam a adequação ou não de nossos comportamentos e que nas relações entre os membros de uma equipe as normas devem existir para que o grupo possa caminhar junto e atingir seus objetivos, sendo a obediência fundamental para que o grupo cresça de forma harmônica.

A ética profissional, que diz respeito à conduta do trabalhador perante às equipes de trabalho é destacada como essencial para que ele consiga um novo emprego no futuro, sendo um dos pontos avaliados pelas empresas:

(...) as organizações, cada vez mais, estão adotando o saudável hábito de checar e recheckar o passado de todos os candidatos ao emprego. Resultado: quem tem ficha limpa sempre terá as portas abertas nas melhores empresas do mercado (REVISTA VOCÊ S.A. in SENAC.DR.MG, 2005, p. 26).

Exemplos como esse se configuram como uma ameaça ao trabalhador, no sentido de que se ele não se enquadrar às determinações das empresas, não conseguirá mais se empregar em nenhum outro lugar e na sua face mais perversa justificam o desemprego na sociedade capitalista mais uma vez como uma questão individual e não como fruto das próprias relações sociais.

A intenção é construir uma subjetividade no trabalhador para que ele aja sempre a favor das necessidades da empresa, do capital, envidando todos os esforços para que

as ações que venham a prejudicar a eficiência, a produtividade e o lucro sejam resolvidas entre os próprios trabalhadores, mascarando os conflitos entre capital e trabalho, já que eles próprios se mobilizam para resolver os conflitos, nos marcos da reprodução capitalista.

A partir de entrevistas com egressas dos cursos do ano de 2007, realizadas em 2009 pode-se perceber que essas iniciativas de formação da mulher trabalhadora não repercutiram na sua situação de trabalho, e não alteraram sua situação concreta de vida, elas não conseguiram obter um emprego, não foram encaminhadas para alternativas de elevação de escolaridade e não tiveram nenhum tipo de apoio para o empreendimento individual.

No entanto, os cursos tiveram um papel efetivo na elaboração de seus discursos adesistas com relação ao empreendedorismo e a vinculação que se estabelece entre qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho: “alcançar mesmo o profissionalismo, quanto mais curso eu tiver mais qualificação eu terei, mais chances no mercado também” (ANA CAROLINA, entrevistada de 18 anos); “eu acho melhor você ser o patrão do que ser empregado” (ANA MARIA, entrevistada de 31 anos).

Esse tipo de política acaba promovendo uma aliança de classes pela qual garantem a harmonia nas relações entre capital e trabalho e a chamada governabilidade.

Esse projeto de educação da nova sociabilidade burguesa não se direciona apenas para as mulheres, mas para o conjunto da classe trabalhadora e não se restringe ao ambiente de trabalho, mas para o conjunto das relações sociais dentro do modo de produção capitalista.

O problema que se busca combater nos cursos do PNQ, não se resume à ação em si, a baixa qualidade, curta duração, fragmentação e todas as críticas já feitas ao plano, mas a concepção política, a visão de mundo que ele carrega e incute. As mulheres, como se percebe nas falas das entrevistas, saem desse curso portando uma visão de mundo pautada no projeto hegemônico, proporcionando a oportunidade de criação de uma nova subjetividade calcada nos preceitos do mercado e nas necessidades de controle social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANDEIRA, L. *Fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

BENSAID, D. *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOITO JUNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista* (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003.

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. 104 p.

_____. *Plano Nacional de Qualificação: PNQ, 2003-2007*. Brasília : MTE, SPPE, 2003. 56 p.

CODEFAT. Resolução do CODEFAT nº 333, de 10 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Legislacao/Resolucoes/2003/r_20030710_333.pdf>.

Acesso em 25 de janeiro de 2009.

DIAS, E.F. Projetos hegemônicos: a propósito da crise. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XIX, n. 45, Jan. 2010, p. 143-160

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 11-120.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v. 01. 263 p

GIDDENS, A. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 13ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, n. 17-18, 2001-2002.

_____. *Nova divisão sexual do trabalho?* Boitempo, São Paulo: 2002

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, R. O Governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. *Observatório Social de América Latina*, v. 10, p. 81-96, 2003.

LEVY, P.M. *Programas sociais ou salário mínimo?* Disponível em www.iadb.org. Publicado em 23 de fevereiro, 2007.

LESSA, S. *A sofisticação da aprendizagem simples e a abordagem da pobreza: políticas de formação profissional para o trabalhador pobre*. Rio de Janeiro, 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LIMA, K. Capitalismo dependente e reforma universitária consentida: a contribuição de Florestan Fernandes para a superação dos dilemas educacionais brasileiros. In: Siqueira, A. e Neves, L. (Org.). *Educação superior: uma reforma em processo*. SP: Xamã, 2006, p. 19-42.

MELO, H.P. *Gênero e Pobreza no Brasil*. Relatório Final do Projeto *Governabilidad Democrática de Género en América Latina y El Caribe*. Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

MESZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORAES, E.L. *Construindo Identidades Sociais: Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Coleção Qualificação social e profissional, v.1, Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

NEVES, L.M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

NOGUEIRA, C.M. *A feminização do mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização*. Campinas, Autores Associados, 2004.

PAULANI, L. M. *Brasil Delivery: Servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. v. 1.

PENA, M.V.J. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SAFFIOTI, H. I.B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI e MUÑOZVARGAS (orgs.) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília: UNIVEF, 1994. p. 271-283.

_____. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.

SENAC.DR.MG. *Habilidades Básicas para o Trabalho*. (org.) Aguiar, Lucia Alves. Belo Horizonte: SENAC/MG/ERA/SEMD. 2005

STABILE, C. Pós-modernismo, feminismo e Marx. In: WOOD e FOSTER (orgs). *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999).

TOLEDO, C. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sunderman, 2008.

WOOD, E. M. *Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003. Tradução: Paulo Cezar Castanheira.